

O PROCESSO DE INCLUSÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MÚLTIPLOS OLHARES

Karolina Turin Rodrigues¹
Vanessa de Oliveira e Silva²
Sílvia Iuan Lozza³

RESUMO

A presente pesquisa aborda o processo de inclusão da criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil, através de múltiplos olhares, percorrendo sobre a importância de incluí-la na rede regular de ensino. Nessa perspectiva, nasce a inspiração para esta proposta investigativa que emerge da seguinte questão norteadora: Como a formação do professor interfere no processo de inclusão do aluno com TEA? Assim, para constituir o estudo, surge o objetivo geral, que é analisar os avanços e as dificuldades enfrentadas frente ao processo de inclusão da criança com TEA na educação infantil, na visão dos pais, dos professores e dos profissionais formadores. Na mesma linha, emergem os objetivos específicos: a) Caracterizar o TEA e b) conhecer as possibilidades de atendimento e acompanhamento das crianças com TEA. A metodologia da pesquisa ancora-se na abordagem dialética, sendo qualitativa, bibliográfica e de caráter exploratória fazendo uso do questionário como instrumento escolhido para a coleta de dados, dividido em três categorias: um com os pais, um questionário com os professores que atuam com a criança e o outro com os profissionais formadores. Entre os aportes teóricos utilizados para a investigação destacam-se: Cunha (2017); Chiote (2015); Pereira e Schmitt (2016) e Volkmar e Wiesner (2018). Os resultados apresentados contribuirão para a reflexão da necessidade e a importância de formação continuada aos professores.

Palavras-chave: Inclusão. Espectro Autista. Educação Infantil. Professor.

¹ Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: karolina.turin@mail.fae.edu

² Aluna do 8º período do curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. *E-mail*: nxvanessa22@gmail.com

³ Orientadora da pesquisa. Pedagoga. Licenciada em Música. Doutora em Educação. Professora das disciplinas Criatividade, Mediação e Práticas Pedagógicas. Aprendendo a Aprender da FAE Centro Universitário. *E-mail*: silvial@fae.edu

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa disserta sobre o tema Transtorno do Espectro Autista (TEA) e tem como objetivo geral analisar os avanços e as dificuldades enfrentadas frente ao processo de inclusão da criança com TEA na educação infantil, na visão dos professores, dos pais e dos profissionais formadores. E como objetivos específicos caracterizar o TEA e conhecer as possibilidades de atendimento e acompanhamento para as crianças com TEA.

Optou-se por escolher esse tema, devido ao fato das pesquisadoras trabalharem na área da Educação e observarem diversas dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação ao ensino e aprendizagem de crianças com TEA, no que diz respeito, à interação com esse aluno, à adaptação do material de ensino, ao trabalho em conjunto com a família e com outros profissionais.

É importante enfatizar que, em princípio, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos portadores dessa deficiência. De acordo com a LDB 9394/96 Brasil (1996), deve ser assegurado aos estudantes “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. Dessa forma, ocorre uma distinção entre educadores com especialização para os atendimentos especializados e aqueles capacitados para atuarem nas classes comuns.

Partimos da seguinte problematização: Como a formação do professor interfere no processo de inclusão da criança com TEA? As orientandas entendem ser de suma importância que os professores tenham em sua formação inicial disciplinas referentes à educação especial, sendo importante também a formação continuada, além da necessidade de uma boa estrutura física institucional, como a sala de recursos, juntamente com o apoio da família. Dessa maneira, os professores se sentirão capacitados diante das necessidades educacionais específicas dos estudantes, na inclusão do aluno com TEA, a fim de promover sua socialização, interação e aprendizagem.

É na escola que as crianças terão a primeira interação com outras crianças, além de seu convívio familiar, iniciando pela educação infantil. Nesse local temos crianças de todos os tipos, com diversas especificidades. E por isso, torna-se necessário ter uma formação que atenda às circunstâncias da sala de aula, tendo em vista superar as dificuldades e garantir aos alunos uma formação mais humana e que respeite as diferenças.

Segundo Mantoan (2003, p.16)

O mote da inclusão, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades. A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A inclusão escolar consiste em aceitar que todos os indivíduos têm direito de ter acesso ao sistema de ensino, independente das suas diferenças, não ocorrendo exclusão e discriminação, pois todos são diferentes. A escola é a instituição social encarregada por prover a interação social, o acesso ao conhecimento construído, produzido e sistematizado historicamente. E tem como compromisso mediar o conhecimento e o processo de ensino-aprendizagem, devendo ser um local que proporciona acessibilidade, garantia de permanência e aprendizagens.

Sendo assim, os alunos com necessidades educacionais especiais têm garantido o direito à matrícula em escolas regulares brasileiras desde a Constituição de 1988 (NASCIMENTO; CRUZ; BRAUN, 2017).

Segundo o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Dessa forma, a família e o Estado têm como responsabilidade garantir para a criança, o acesso à escola, sua permanência e a promoção da aprendizagem.

Para Mantoan (2003, p.25)

é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações.

Ainda de acordo com a legislação é obrigação das escolas, dispor de professores preparados para ensinar alunos com necessidades especiais e dispostos a incluí-los nas classes comuns. Sendo de responsabilidade dos professores elaborar e aplicar atividades que considerem as necessidades específicas dos alunos.

Se ocorrer a carência de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), condições impróprias do espaço físico e escassez de recursos, a criança que apresenta esse transtorno poderá ter comprometimentos na sua trajetória escolar (NASCIMENTO; CRUZ; BRAUN, 2017).

Dito isso, entende-se que a inclusão escolar deve ocorrer com profissionais capacitados e comprometidos em realizar uma inclusão com responsabilidade e conhecimento, por meio de formação continuada que possibilitará um atendimento e acompanhamento adequados às especificidades dos alunos.

1 REVISÃO DA LITERATURA

1.1 CONHECENDO O AUTISMO

O termo Autismo deriva-se do Grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Em 1911 o psiquiatra suíço E. Bleuler utilizou esse termo pela primeira vez, buscando descrever pacientes esquizofrênicos, que possuíam retraimento interior e fuga da realidade (CUNHA, 2017).

Em 1943, o Dr. Leo Kanner, psiquiatra austríaco, naturalizado americano, apresentou 11 crianças, denominadas por ele como portadoras de “um distúrbio inato do contato afetivo”; isto é, crianças que vinham ao mundo sem o interesse considerado comum nas outras pessoas e no contato com o ambiente social (VOLKMAR; WIESNER, 2019).

Asperger (1944 *apud* TEIXEIRA, 2016, p.7) afirma que:

Nós estamos convencidos de que as pessoas autistas têm seu espaço na comunidade. Elas preenchem seu papel bem, talvez melhor que qualquer outra pessoa conseguiria, e nós estamos falando de pessoas que quando crianças apresentavam as maiores dificuldades e causavam preocupações incontáveis a seus cuidadores.

Em 1944, o pediatra Hans Asperger formulou a sua tese, expondo um conjunto de sinais semelhantes aos expostos por Kanner, chamando de psicopatia autista, que ao final, levou seu nome. Foram constatadas diversas semelhanças entre os dois quadros psicóticos, mas na considerada Síndrome de Asperger, as crianças possuíam uma inteligência superior, possuindo aptidão para lógica e excelente memória para guardar datas e números, podendo não apresentar deficiência mental ou problemas na fala, mas possuindo alguma dificuldade na parte social e afetiva (CUNHA, 2017).

Posteriormente na década de 1970, ocorreu uma aceitação de que o Autismo era identificado por déficit no desenvolvimento social, déficit na linguagem e na comunicação, resistência às mudanças, insistência nas mesmas coisas e por ter início nos primeiros anos de vida (VOLKMAR; WIESNER, 2019).

Facion (2005 *apud* CUNHA, 2017, p.19) afirma:

Mas o que é o Autismo? Essa pergunta não é tão fácil de responder, pois não se conseguiu, até hoje, uma definição e uma delimitação consensual das terminologias sobre ele. A multiplicidade das terminologias fenomenológicas e, respectivamente, seus sinônimos demonstram a complexidade do problema e a diversidade dos princípios de esclarecimento existentes até hoje.

Autismo, atualmente mais conhecido como TEA (Transtorno do Espectro do Autismo), é um transtorno no desenvolvimento neurológico, tendo como principais características, a dificuldade no desenvolvimento da linguagem e da comunicação, a presença de comportamentos ou interesses repetitivos ou restritos e a falta de interação social que em alguns casos é bastante rígida.

Segundo Schwartzman (2003 *apud* CUNHA, 2017, p.26)

O grupo de Transtornos Invasivos do Desenvolvimento pode ser caracterizado como um conjunto de anormalidades qualitativas onde cabem outros distúrbios, o que leva o profissional a ter dificuldades para estabelecer um diagnóstico preciso. Além do mais, os sintomas podem exibir muitas variações de uma criança para outra, contribuindo para que se torne mais difícil traçar um perfil único e exclusivo.

O TEA pode surgir nos primeiros meses de vida, mas os sintomas são mais evidentes em torno da idade de três anos, possuindo caminhos diferentes para cada criança, sendo um conjunto de comportamentos, que afeta cada um de modo e grau diferente, com uma ampla diversidade, onde alguns sintomas poderão surgir em um indivíduo, mas poderão não surgir em outro. Contudo pode abranger diferentes níveis de transtorno, que são classificados em leve, moderado e severo, mas com as incertezas nos sintomas, pode ocorrer a dificuldade do diagnóstico precoce (WIESNER; VOLKMAR, 2019).

É possível identificar na criança o uso insuficiente de sinais sociais, emocionais e de comunicação, além da falta de reciprocidade afetiva. A comunicação não verbal é bastante limitada e as expressões gestuais são inexistentes, porque a criança não atribui valor simbólico a eles (CUNHA, 2017).

Para Leboyer (1995, *apud* CHIOTE, 2015, p.14), as características clássicas do Autismo são:

- a) O isolamento autístico, definido pela incapacidade acentuada de desenvolver relações interpessoais. É caracterizado por uma falta de reação aos outros e de interesses por eles. A criança com Autismo se demonstra indiferente a tudo que vem do exterior;
- b) Os distúrbios na linguagem verbal e não verbal, como o atraso na aquisição da fala e o seu uso não comunicativo. Algumas crianças não falam,

e outras apresentam ecolalia. A inversão pronominal ao falar de si mesma na terceira pessoa e a entonação desprovida de emoção produzem uma linguagem sem expressão e descontextualizada. A capacidade simbólica é ausente ou limitada, e as expressões gestuais ou mímicas não apresentam valor simbólico;

c) A necessidade de imutabilidade resulta em uma resistência a mudanças e em comportamentos fixados, repetidos e estereotipados com apego exagerado a um objeto particular. O brincar é marcado pela repetição e rituais privados de espontaneidade e criatividade;

d) A idade em que os sintomas surgem é até o 30º mês, podendo a criança se desenvolver normalmente nos dois primeiros anos de vida. Não há uma exatidão quanto ao período que o Autismo surge.

Muitos dizem que as pessoas com TEA vivem em outro mundo, por interagirem e sentirem de maneira diferente. Mas o universo autista é o mesmo de todos, eles só possuem uma sensibilidade alterada, na maioria das vezes se isolando da sociedade. O TEA não tem cura, pois não é uma doença e sim uma condição neurológica. Por isso é de suma importância que ocorra a intervenção precoce, podendo alterar o prognóstico, atenuando os sintomas e melhorando o desenvolvimento dessa criança.

1.2 ATENDIMENTO PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

Os primeiros tratamentos surgiram entre 1950 e 1960 tendo como hipótese que o Autismo tinha relação com a privação emocional. Esse pensamento começou a mudar em 1970, a partir das pesquisas que apontavam uma forte base cerebral para o transtorno (BARTAK; RUTTER, 1973, *apud* VOLKMAR; WIESNER, 2019, p.18).

Em 1975, ocorreu a aprovação da lei *Education for All Handicapped Children Act*. Anteriormente as escolas não forneciam educação às crianças com deficiência, orientando os pais a deixarem seus filhos em instituições residenciais ou em alguma instituição do Estado, onde era oferecido apenas o básico para a subsistência, com quase nenhuma intervenção. Atualmente, graças a mobilização de famílias, da sociedade e o trabalho de legisladores comprometidos com a causa, é possível constatar os avanços, como o direito de os estudantes com qualquer deficiência poderem frequentar escolas públicas e privadas (CUNHA, 2017).

Até 1980, no Brasil, ocorria o modelo de integração, onde o estudante com necessidades educacionais especiais só era inserido no ensino regular a partir do momento em que demonstrasse condições de acompanhar a turma.

A partir de 1986, a educação especial começou a ser compreendida como pertencente à educação. Em 1996, sendo promulgada a Lei Nº 9.394 de 20 de

dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que cita no capítulo V da Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; II – Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A Constituição Brasileira de 1988 foi o primeiro avanço para garantir a estadia das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino, além de assegurar seus direitos como cidadãos.

A Declaração de Salamanca foi a marca no Brasil que impulsionou os primeiros passos para a inclusão das pessoas com necessidades especiais no sistema comum de ensino e é um dos documentos mais importantes de compromisso e garantia dos direitos educacionais especiais.

E em 1996 foi publicada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que alterou antigos padrões da educação brasileira, inclusive sobre a educação especial.

Em 2012 foi sancionada a Lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, estabelecendo diversas diretrizes para seu êxito, para efeitos legais, este documento passou a considerar o indivíduo com esse transtorno uma pessoa com deficiência. Visando garantir todos os direitos conquistados pelas pessoas com deficiência e também caso necessário disponibilizando um acompanhante especializado (BRASIL, 2012).

Os incisos I e II, do §1º, do Art. 1º, definem que é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na seguinte forma:

- a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; e,
- b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

No artigo 4º do Decreto 8.368/2014 que regulamenta a referida Lei, é possível observar sobre a temática da educação:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo garantido a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL/LEI 12.764/2012).

O CID-10 classifica o autismo como um dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento. São também destacados outros distúrbios com quadros autísticos, como a Síndrome de Asperger, Autismo Atípico, Transtorno de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância (CUNHA, 2017).

Para Kupfer (2007 *apud* CHIOTE, 2015, p.17) e Vasques (2006 *apud* CHIOTE, 2015, p.17), que tratam da abordagem psicanalítica, a escolarização é um caminho terapêutico⁴. A escola é importantíssima para crianças com Autismo, visto que

⁴ Dá-se o nome de terapêutica, à especialidade médica encarregada dos meios para o tratamento de males e afecções com a finalidade de conseguir curar, tratar ou pelo menos minimizar os sintomas.

[...] mais que um exercício de cidadania, ir à escola, para as crianças com Psicose Infantil e Autismo poderá ter um valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estrutura psíquica do sujeito (VASQUES; BAPTISTA, 2003, p.9 *apud* CHIOTE, 2015, p.17).

Ao abordar as políticas públicas é evidente que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas escolas é recente, por isso ocorre uma certa dificuldade de avaliar o quanto estão sendo efetivas. Em compensação é claro que a inclusão escolar traz inúmeras vantagens a todos os envolvidos (PEREIRA; SCHMITT, 2016).

Com o passar dos anos ocorreu um elevado aumento no número de casos de TEA na população, mas os cálculos são questionáveis e mudam muito entre os estudos. Presume-se que ocorreu esse aumento, devido as alterações dos critérios de diagnóstico, também considerando o maior conhecimento de pais e profissionais sobre o assunto, pois tendo maior entendimento sobre o mesmo, a procura para confirmar o diagnóstico aumenta. E quanto melhor for esse conhecimento maiores serão as possibilidades de as pessoas com transtorno serem incluídas na sociedade e respeitadas por suas limitações (PEREIRA; SCHMITT, 2016).

A inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais tem sido amplamente discutida no âmbito socioeducacional. No Brasil, tem ocorrido um acréscimo na produção de trabalhos ligados à saúde mental, mas ainda assim, a produção científica de pesquisadores brasileiros não condiz com a demanda do País. O que é de extrema importância, pois a publicação dos mesmos é essencial para a elaboração apropriada de políticas públicas de saúde, que contribuem para a elaboração de programas de intervenção para estes indivíduos e seus familiares (TEIXEIRA, M. C. T. V., 2010).

Conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Art. 1º

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Entendendo também que a criança com deficiência tem direito à uma escola com sala estruturada e profissionais qualificados.

Como os atendentes da assistência primária têm muito contato com as crianças durante o início de suas vidas, são importantíssimos no momento da averiguação, por terem mais facilidade em identificar os sinais de alerta. A identificação desses sinais, dará uma percepção das dificuldades da criança, mas não tratará das suas particularidades.

As crianças autistas frequentemente são submetidas a uma imensidão de programas de intervenção. Por isso é importante que o educador se torne um

profissional interdisciplinar, tendo ciência dos serviços que a criança frequenta, para que possa ter uma abordagem integrada no seu desenvolvimento e para isso é necessário que estabeleça contato com a família da criança e com seus terapeutas, resultando em um trabalho conjunto (WHITMAN, 2015).

Nessa parceria com os pais é importante que o professor veja a família como um rico recurso, pois frequentemente eles têm muito conhecimento sobre o assunto, podendo ter maior compreensão das particularidades da criança com Autismo. Os professores têm interesse na participação da família diante das tomadas de decisões e para o sucesso dessa parceria, a escola e as famílias precisam ver um ao outro como aliados, garantindo benefícios mútuos (WHITMAN, 2015).

Dessa forma, a parceria entre professor e pais será determinante para um atendimento exitoso com as crianças autistas.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção desta investigação, utilizou-se das pesquisas qualitativa, bibliográfica e exploratória. A pesquisa qualitativa que tem como foco o estudo para a compreensão de um determinado tema, com enfoque na vida real. A pesquisa bibliográfica que contribuiu para o levantamento do referencial teórico, desenvolvida a partir de materiais já escritos, feito principalmente de livros e artigos científicos, e também a pesquisa exploratória, que tem como objetivo o aprofundamento e familiarização com o tema a ser explorado (GIL, 2010).

Como instrumento de pesquisa estava prevista a realização de entrevistas, mas devido ao isolamento causado pela pandemia do COVID-19, não foi possível, por isso foram elaborados três questionários. O primeiro foi o questionário para os pais, composto de onze perguntas, o segundo para os professores que atuam com a criança, composto de dezoito perguntas e o terceiro para os profissionais formadores, composto de vinte e seis perguntas, todos somente com perguntas abertas para exploração das particularidades acerca do tema.

Para a coleta das informações solicitadas nos questionários foi requisitada a participação de cinco pais, dez professoras e cinco profissionais formadores, dos quais responderam três pais, cinco professoras e três profissionais formadores. A participação de todos foi imprescindível para a elucidação de diversas questões que detalham e desvendam o tema.

3 RESULTADOS ESPERADOS

Como já mencionado, para a realização desta pesquisa foi utilizado como instrumento de pesquisa o questionário, tendo sido elaborado um para cada categoria, visando descobrir de que forma são compreendidos o TEA e a Inclusão Escolar.

No intuito de preservar as identidades dos participantes utilizamos letras para identificá-los, “A” para pais, “B” para professores e “C” para profissionais formadores.

A partir dos questionários levantados com pais, professores e profissionais formadores foi realizada uma análise diante das respostas registradas, ponderando-as cuidadosamente para a contribuição dos objetivos da investigação.

Começando pelo questionário para pais, a primeira questão versa sobre: “O que é inclusão e qual a importância dela?” Os pais responderam que acreditam que a inclusão é garantir o acesso de todas as pessoas a qualquer bem ou qualquer serviço ofertado e para isso é preciso observar e respeitar as particularidades de cada um e oferecer os meios que ela necessita para o seu desenvolvimento.

A segunda questão questiona: “Por que o diagnóstico precoce é tão importante?”. Salientamos a resposta dos pais A1:

É importante pela neuroplasticidade da criança, que é a capacidade do cérebro de aprender e se adequar às situações e se modificar. Então quanto mais cedo começam os estímulos, mais resultados aquele indivíduo vai ter, por isso que a gente briga muito contra aquela frase ‘Cada criança tem seu tempo, tem que esperar’. Eu acredito que é obrigação da sociedade, da escola e dos pediatras, de alertar a família sempre, correndo risco de ser alarmista e nunca correndo risco de ser negligente.

Na próxima questão foi perguntado: “O que vocês como pais de uma criança com TEA consideram ao matricular seu filho na escola?”. Os pais A2 responderam: “A escola precisa oferecer capacitação e treinamento para que os professores e funcionários saibam lidar com esses alunos, bem como fazer as adaptações necessárias e ter as ferramentas adequadas para o seu aprendizado”.

Todos os pais afirmam também ser importante saber se a escola está preparada para receber alunos autistas, se têm outras crianças com deficiência matriculadas e se possui um nível de abertura para a participação da família e dos terapeutas no ambiente escolar.

Nas questões quatro e cinco foi indagada a importância de incluir a criança com TEA na sala regular e de se ter assistentes (tutoras). Os pais A3 responderam “Eu acho que tem o lado do direito da pessoa com deficiência de socializar, de construir vínculos, para além da família e também de aprender, de participar e também acho que ocorre

o olhar do benefício para a sociedade, para os outros alunos, porque a criança que convive com uma criança com necessidades especiais, vai ser uma pessoa melhor, mais humana, com mais empatia”.

As três famílias acham importante a necessidade de assistentes (tutoras), pois elas auxiliarão a professora, em questões como: ajudar na socialização com os colegas, adaptação do conteúdo, da aprendizagem, dando assim a atenção que essa criança precisa.

A sétima questão questiona: “Qual a importância de se estabelecer uma relação forte entre educadores/ terapeutas e pais?”. Através das respostas das famílias, pode-se entender que se não ocorrer essa interação, o desenvolvimento e a evolução da criança serão dificultados. É preciso ter um programa individualizado, de acordo com as especificidades de cada um e todos devem estar a par dos objetivos e metas, trabalhando em conjunto para que sejam alcançados.

E na oitava questão foi perguntado: “Vocês acham que o bom desenvolvimento da criança com TEA, depende do conhecimento de seus professores e dos recursos disponíveis?”. Os pais das famílias A1 e A2 não responderam essa questão, contudo os pais da família A3 registraram o que segue:

Eu acredito que o principal profissional que pode interferir no desenvolvimento da criança é o professor, mais do que os terapeutas, então faz toda a diferença você ter um professor que cumpra a causa da criança, que se dedique e conheça o assunto, se for um professor que vê a criança como um problema, uma dificuldade, vai ser muito difícil essa criança evoluir no ambiente escolar, por melhores que sejam os terapeutas.

Referente ao questionário para professores, a primeira questão indagava sobre “O que é inclusão? E qual a importância dela?”. Obteve-se respostas muito parecidas. E concorda-se com a professora B2:

A inclusão é entender e respeitar as diversas realidades de cada criança, não só no âmbito educacional, mas em todos os campos em que a criança se encontra, entender e acolher suas dificuldades e pensar formas de trabalhar com elas. A inclusão é fundamental, na realidade atual não existe uma educação completa se não houver uma inclusão de qualidade.

A partir das respostas, percebeu-se que as professoras têm conhecimento sobre a inclusão escolar e que provavelmente a fazem em sala de aula.

A segunda questão se referiu ao “O que é preciso para tornar a escola inclusiva?”. No geral as professoras responderam ser necessário que o corpo docente tenha conhecimentos adequados e que dê suporte, trabalhando em conjunto com toda a comunidade, além de uma boa infraestrutura escolar.

Na terceira questão foi perguntado se as professoras já trabalharam com crianças com TEA, ao que foi respondido que duas delas já trabalharam e as outras duas têm alunos em processo de investigação, ainda sem laudo. A partir das respostas, pode-se observar o crescimento na inserção de crianças com TEA nas salas regulares.

A quarta questão questiona se os professores enfrentaram muitas dificuldades e se receberam formação adequada para a inclusão do aluno com TEA. Somente a professora B4 teve formação continuada, as demais tiveram que buscar aprendizados através de leituras e pesquisas, pois não receberam apoio da escola, culminando em maiores dificuldades. A entrevista B4 diz que “a formação continuada em educação especial a auxiliou no processo de inclusão” por isso acredita-se ser imprescindível essa formação continuada, pois irá proporcionar a inclusão dessas crianças e um ensino de qualidade.

Na quinta e sexta pergunta, foi questionado se as docentes tiveram alguma formação sobre a educação especial na graduação e sobre a importância de se ter disciplinas específicas sobre o processo inclusivo. Todas responderam que tiveram uma ou mais matérias na graduação, mas que não supriram as necessidades, pois tiveram pouco tempo para assimilação de tantos assuntos e que são de relevante importância.

Diante das respostas, pode-se observar que é necessário um maior investimento das instituições de graduação nessa área, pois a mesma está em constante mudança e evolução, e infelizmente esse ensino não está suprimindo as necessidades dos professores, fazendo com que muitas vezes os mesmos não consigam colocar em prática o que aprenderam em sala de aula.

A oitava questão trata da importância de incluir a criança com TEA na sala regular. Destaca-se as respostas das professoras B2 e B3:

“B2: Acredito que a importância está diretamente ligada com a inclusão, a criança precisa ter as mesmas oportunidades, o mesmo convívio que as demais, ter a oportunidade de interação e de evolução de forma significativa”.

“B3: É de extrema importância pois elas possuem o direito de socializar com as demais crianças e as mesmas devem se relacionar com alunos de inclusão pois o convívio é rico e valioso para ambas as partes”.

Analisando as respostas, conclui-se que é de suma importância a inclusão da criança na sala regular, pois será um aprendizado para ambas as partes, tanto para a criança de inclusão, quanto para as demais, pois todas devem aprender com as diferenças, proporcionando as mesmas oportunidades a todos e um bom convívio em sociedade.

As questões nove e dez questionam: “Como a escola e o professor devem se preparar para a inclusão do aluno com TEA?”. As professoras dizem ser necessário muita conversa com a família para conhecer as especificidades do aluno, entendendo

que cada aluno é único, ter contato com professores de anos anteriores e de terapias, caso o mesmo o faça. Ter empatia por esta criança e conversar com os alunos da sala para que saibam socializar com esse aluno.

A questão onze trata da importância de se ter assistentes (tutoras) para as crianças com TEA. As entrevistadas acreditam que a presença de assistentes (tutores) é importante, mas é necessário lembrar que o aluno é da professora e não da assistente. Concorda-se plenamente com a resposta da entrevistada B2:

É uma questão complexa, acredito que em alguns ambientes escolares tantos os docentes como a instituição acabam por se aproveitar da presença do tutor, acreditam que não há a necessidade de interferência do professor, o que ao meu ver é uma forma errônea de encarar a inclusão, acredito que cada caso é um caso, é necessário avaliar quais as reais dificuldades da criança em questão, o profissional tutor deve ter uma formação adequada e entender que a ideia não é fazer pela criança e sim com ela, estimulá-la a criar independência e autonomia, ampliar suas possibilidades e exaltar seus avanços e conquistas diárias.

Entende-se que a assistente (tutora) está junto da criança, para auxiliá-la na sua aprendizagem, possibilitando que se torne o mais independente possível, diante das suas especificidades.

A décima quinta pergunta questiona “Qual a importância de se estabelecer uma relação forte entre educadores/terapeutas e pais?”. Onde as educadoras responderam que o trabalho em conjunto é imprescindível, pois possibilitará o melhor desenvolvimento dessa criança, diante das suas especificidades. Culminando em um melhor aprendizado e em uma melhor qualidade de vida.

Finalizou-se o questionário com a seguinte questão: “Você acha que a aprendizagem da criança com Autismo, depende do conhecimento de seus professores e dos recursos disponíveis?”. Todas as entrevistadas responderam que “sim”, porque o professor que trabalha com alunos com TEA deve estar em constante formação e em busca dos melhores recursos para atender as necessidades deste aluno.

Considerando as respostas obtidas, é possível perceber que as entrevistadas, têm bom embasamento sobre a inclusão escolar, mas ainda enfrentam algumas dificuldades, por não possuírem uma formação adequada.

Em relação ao questionário para profissionais formadores, a primeira questão versa sobre “O que é inclusão e qual a importância dela?”. Destacamos a resposta da profissional C1:

A inclusão é um movimento da sociedade para compreender, aceitar, compartilhar, vivenciar com as pessoas com dificuldades, seja esta dificuldade

qual for. Em relação ao Autismo trata-se de um pensar social para que o coletivo entenda, aceite e conviva com o que é visto como o 'diferente' e o íntegro.

A segunda questão indagou “Por que o Autismo é chamado de TEA?”. Salientamos a resposta da profissional C2:

Porque existem características que são comuns, mas dentro dessas características comuns há uma diversidade grande. Por exemplo: um autista em comorbidade com deficiência mental tem falhas graves de aprendizagem na comunicação. E autistas leves (antigos asperges) têm a inteligência e a fala por vezes preservados.

Entendemos então que ocorreu essa troca de nomes porque o TEA, abrange diversas condições apontadas por perturbações do desenvolvimento neurológico, envolvendo acontecimentos muito diferentes uns dos outros, numa gradação que vai de leve a mais grave.

Nas questões sete e nove foi discutido: “O que é preciso para tornar a escola inclusiva e qual a importância de incluir a criança com TEA na sala regular?”. A profissional C3 respondeu:

Entendo que uma escola inclusiva deve garantir que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. Estas escolas devem prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes. Outro ponto fundamental é a escola se adaptar ao aluno e não o aluno se adaptar a ela.

Todas tiveram respostas parecidas e concordam ser de suma importância que as crianças com TEA estudem nas consideradas “salas regulares”, pois além de ser importante que todas aprendam juntas, aprendendo com as diferenças, irá auxiliar no desenvolvimento, crescimento, amadurecimento, comunicação, compreensão das emoções e na interação social das crianças com TEA.

A questão onze indaga: “Qual a importância de se estabelecer uma relação forte entre educadores/terapeutas e pais?”. Assim como as profissionais, concorda-se que esses profissionais deverão estar sempre conectados em prol da criança, pois as interações entre a equipe e a família são fundamentais para a evolução da criança com TEA.

Nas questões doze e treze, foi perguntado se as profissionais já trabalharam com alguma criança com TEA e se tiveram formação sobre educação especial durante a graduação. As três profissionais já trabalharam com crianças com TEA e consideram

ter recebido pouca formação na graduação e que o maior aprendizado veio da pós-graduação, das práticas e do trabalho com as equipes multidisciplinares.

Na questão quatorze foi questionada: “Qual a importância de haver disciplinas específicas sobre educação especial?”. As entrevistadas acreditam que todos os cursos de graduação devem oferecer disciplinas voltadas às especificidades da educação especial. Pois a inclusão não deve ocorrer somente na educação e sim em toda a sociedade, por isso todos os profissionais devem ter acesso às informações, assim todos conhecerão e darão importância a acessibilidade arquitetônica e atitudinal, respeitando e valorizando as diferenças.

A questão quinze pergunta: “Como é integrado o trabalho dos professores aos especialistas?”. A profissional C1 diz que: “*A rede de apoio de especialistas multiprofissionais ainda é pouca, e quando tem, existe pouca comunicação. Muito ainda a ser efetivado*”. E as demais profissionais concordam que é necessário empenho de ambos os profissionais, para que se construa uma ponte e se compartilhe informações e aprendizados em prol da criança.

Na questão dezessete e dezoito foi questionado: “Como a escola, os professores e os alunos devem ser preparados para que realmente ocorra a inclusão do aluno com transtorno?”. As três profissionais têm pensamentos parecidos, dizem ser necessário um conjunto de ações: diálogo com a família, conhecimento de todos os aspectos e individualidade da criança com TEA, através de conversas com especialistas e laudos da mesma. Reuniões com a equipe pedagógica para efetivar ações que oportunizem a aprendizagem, capacitando professores e organizando as adaptações curriculares necessárias. Além de ser importante a sensibilização de toda a comunidade escolar (funcionários, professores, famílias, alunos...) a fim de que incluam sem discriminação. Por isso também é importante propor para os alunos atividades que abordem questões como diversidade e aceitação das diferenças.

A questão dezenove questiona a importância de se ter tutores para as crianças com TEA. Todas as profissionais concordam que a presença de tutores é importante, pois os mesmos têm como função auxiliar o trabalho do professor em sala de aula, dando suporte diante das necessidades da criança e também incentivando a sua comunicação e interação social, possibilitando que ele mesmo interaja com as outras crianças.

Já a vigésima questão pergunta: “É importante ter uma sala de recursos? Por quê?”. As três profissionais disseram que sim, pois a sala de recursos é um apoio

no processo inclusivo de pessoas com deficiência, é mais uma ajuda na construção das práticas pedagógicas inclusivas, trabalhando não só com o desenvolvimento de habilidades necessárias à aprendizagem, mas também na ajuda e apoio ao professor, sugerindo estratégias e adaptações curriculares.

O questionário foi finalizado com a seguinte questão: “Se tivesse que passar uma mensagem para os pais que descobriram que seu filho tem TEA, qual seria?”. E as respostas das profissionais foram:

Profissional C1: *“Força e acredite no potencial do seu filho, o TEA é uma condição. Você não está sozinho”.*

Profissional C2:

Sozinhos somos fracos, juntos seremos fortes na causa que abraçamos. Você não está sozinho, terá o apoio de uma equipe, de profissionais que o ajudarão a compreender que são as diferenças que nos tornam realmente especiais. Existe algo de bom em tudo que olhamos, precisamos aprender a olhar por diferentes perspectivas.

Profissional C3: *“Não existe uma graduação em paternidade e uma pós em ser pai de uma criança com TEA. E você é a peça mais importante do tratamento. Por isso, você precisa se preparar, aprender, se capacitar para ajudar seu filho em casa também”.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi iniciada com a seguinte problemática: Como a formação do professor interfere no processo de inclusão do aluno com TEA? Pois observou-se que ainda hoje, são enfrentadas diversas dificuldades na inclusão dessas crianças. O processo de inclusão escolar vem sendo cada vez mais discutido em todos os níveis e modalidades da educação. Atualmente temos leis e políticas públicas que garantem a educação para as pessoas com TEA, preferencialmente no ensino regular. Mas para isso, é imprescindível que as escolas, constantemente revisem seus projetos e práticas pedagógicas, possibilitando assim que todos os alunos tenham condições de efetivar sua aprendizagem.

Através dos resultados pode-se observar que grande parte dos professores não se sentem preparados, pois não tiveram uma formação continuada, nem o apoio da escola para que buscassem esse crescimento profissional. Percebeu-se por meio das respostas das educadoras que não possuem uma formação continuada, que no início

do trabalho com as crianças com TEA, elas passaram por momentos de insegurança, medo e sensação de incapacidade. Mas que não desistiram e mostraram interesse em evoluir e se atualizar diante dos conteúdos em relação ao TEA e a inclusão escolar, por meio de leituras e pesquisas, podendo, assim, promover a socialização, interação e aprendizagem das crianças com TEA.

Também pode-se verificar que as profissionais que têm uma formação especializada e a professora que possui formação em Educação Especial, sentiram mais facilidade em trabalhar com as crianças com TEA. Destaca-se também a resposta da profissional C3, onde ela cita que *“Todos os cursos de graduação devem oferecer disciplinas voltadas às especificidades da educação especial, principalmente nos cursos de pedagogia”*, pois todas as áreas precisam estar preparadas para realizar a inclusão.

Constatou-se muita evolução desde a primeira utilização do termo “Autismo” em 1911, onde o mesmo era usado para descrever pacientes esquizofrênicos, que possuíam retraimento interior e fuga da realidade, até a atualidade na qual o Autismo é mais conhecido como TEA, pois abrange diversas condições apontadas por perturbações no desenvolvimento neurológicos, envolvendo acontecimentos muito diferentes um dos outros, numa gradação que vai de leve a mais grave, entende-se que ocorreu um grande avanço. O descobrimento dos sintomas, que auxiliarão um diagnóstico precoce e conseqüentemente uma intervenção precoce, e que poderá alterar o prognóstico, atenuando os sintomas e melhorando o desenvolvimento dessa criança, até o surgimento de diversas leis que garantem os direitos educacionais especiais, como a já mencionada Lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Evidencia-se também a importância do trabalho em conjunto, entre pais, professores e demais profissionais, pois para que a criança com TEA tenha êxito em seu desenvolvimento e aprendizagem é preciso que ocorra uma boa relação entre todos, visto que muitas vezes a criança precisa de um programa individualizado e todos devem estar a par dos objetivos e metas a serem alcançados. As pesquisadoras pediram para os pais passarem uma mensagem para os pais que descobriram recentemente que seu filho tem TEA e sobressaiu-se a resposta dos pais C dita pela mãe:

A mensagem que eu costumo passar pra todos os pais com quem eu converso, eu converso com vários pais, pais maneira de falar, eu converso com mães, raramente aparece um pai, o que eu falo para as mães é uma frase que eu ouvi quando comecei a investigar, o diagnóstico de Manu, que foi: ‘É possível ser feliz, ter uma vida feliz em família, no dia a dia com uma criança com

Autismo' porque você pensa assim, ai meu Deus o mundo acabou, e não é assim, é possível ter uma vida leve, feliz, com dificuldades, mas é possível você ter uma família feliz com uma criança com autismo.

Conclui-se então que é imprescindível que os professores tenham uma formação continuada, para que se comprometam e se sintam preparados diante dos desafios da aprendizagem tanto dos alunos com necessidades educacionais especiais, quanto dos demais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Ordinária Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 14 set. 2019

BRASIL. Lei Ordinária Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Lei Ordinária Federal n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/48333/lei-n-12-764-2012-direitos-da-pessoa-com-transtorno-do-espectro-autista>>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. Lei Ordinária Federal n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 14 set. 2019

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 7. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2017. 140p.

CHIOTE, F. de A. B. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. 2. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2015. 148p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 176p.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 51p.

PEREIRA, K. de F.; SCHIMITT B. D. **Produção de conhecimento sobre Autismo na escola: uma revisão sistemática na base Scielo**. Porto Belo: Faculdade Porto das Águas, 2016.

TEIXEIRA, M. C. T. V. et al. **Literatura científica brasileira sobre transtornos do espectro autista**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. **Autismo: guia essencial para compreensão e tratamento**. São Paulo: ARTMED, 2018. 368p.

WHITMAN, T. L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M. Books, 2015. 319p.